

# A busca científica para o reconhecimento de uma polícia democrática

A ciência, a crítica e o conhecimento podem contribuir para a melhoria de nossas polícias, mas é preciso dar espaço e legitimidade para os PMs pesquisarem as instituições e seus profissionais

Elisandro Lotin de Souza e Fábio Gomes de França  
28 de julho de 2020

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Cerimônia de entrega de equipamentos à Polícia Militar de São Paulo: pesquisas científicas bem embasadas ajudam o trabalho das corporações e contato com a sociedade

Como policiais militares que somos, além de pesquisadores comprometidos com um conhecimento voltado à Segurança Pública, o que buscamos, e que deveria servir de exemplo para outros policiais, é a construção de parâmetros empírico-teóricos de pesquisa balizados pelo que a ciência categoriza como “situação-problema”. E, gostando ou não, o fato é que, sob o ponto de vista científico, essas “situações-problema” são a tônica da Segurança Pública, das PMs e dos seus profissionais, que o digam os números da violência, da ineficiência, das mortes (suicídios, mortes em serviço), problemas de ordem física, psicológica, condições de trabalho, assédios moral e sexual, entre tantos outros. Assim sendo, a partir de premissas científicas, tentamos criar argumentos que não valorizem corporativismos institucionais e nem tons emotivos, que se aproximam de protecionismos e mais dificultam do que acrescentam mudanças substantivas no papel desempenhado por nossos órgãos policiais na esfera do conhecimento.

Um forte indicativo que contribui para a existência dessa deficiência na construção do conhecimento por parte de PMs diz respeito à realização de mestrados e doutorados profissionais realizados em instituições PM (como em São Paulo, por exemplo), os quais habilitam dirigentes policiais como critério de promoção. Porém, o que se produz são textos monográficos conceituados de dissertação ou tese. Esses cursos se resumem ao período de menos de um ano, quando pesquisas consistentes são realizadas em Universidades Públicas e Privadas reconhecidas em períodos de seis anos, englobando mestrados e doutorados.

Como destacar um título de doutor profissional em um curso realizado em menos de um ano, ou no caso de alunos de outros estados conhecidos por estrangeiros, como levar a sério um título destes se eles não passam por um mestrado anterior, que funciona como uma fase preparatória para se aprender a pesquisar de forma séria?

Esse tipo de “erro” é uma prova clara de como nós, enquanto instituições que buscam espaço no debate acadêmico sobre Segurança Pública, precisamos aprender a superar trâmites burocráticos em favor do conhecimento. O resultado são equívocos divulgados em forma de pesquisa por alguns profissionais que se aventuram a escrever, sem entender conceitos fundamentais que envolvem a Epistemologia e a possibilidade de um campo legítimo de estudos como o pretendido pelas ciências policiais.

Isso nos leva à problemática que envolve as ciências policiais ou em modelos ideológicos de ataque, por meio de conhecimentos enviesados. É importante lembrar aos desavisados que tal análise deve ser feita a partir da ênfase no campo político, o que ocorre visando não retirar do modelo científico a capacidade de explicação e compreensão dos fenômenos que orbitam a prestação do serviço público de segurança pública e as chagas internas, que se externam e até moldam a nossa atividade e atuação.

Neste sentido, como falar de ciências policiais, por exemplo, se não for dado espaço e legitimidade para PMs pesquisarem sobre suas instituições e profissionais, desnudando e desvelando os problemas de forma geral e que afligem a todas e todos, ao invés de se preocuparem em escrever de forma propagandística para não ferir regulamentos e o *status quo* vigente?

Para conhecimento de uma postura acadêmica crítica, citamos os estudos históricos, de forma sincrônica, acerca das Slave Patrols (Patrulhas de escravos) criadas nos Estados Unidos em 1704 e que foram o embrião das polícias norte-americanas, as quais perseguiram, açoitavam e prendiam escravos e negros livres para conformá-los aos ditames do trabalho escravo forçado, como mostrado na obra da Sally Hadden “Slave patrols: Law and violence in Virginia and the Carolinas”.

No Brasil, o mesmo fenômeno pode ser encontrado no livro do brasileiro Thomas Holloway, “Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX”, assim como na Dissertação de mestrado pouco conhecida do Mário Baldo sobre a atuação dos capitães do mato. Essas obras relatam um outro lado da história das polícias nunca descrita oficialmente. Afinal, se nossas PMs surgiram no período escravocrata, fazia parte de suas atuações a captura e açoite de escravos como castigo para serem entregues aos seus donos. Logo, casos como o da morte de George Floyd nos Estados Unidos, e tantos outros ocorridos no Brasil nas periferias, têm uma herança histórica pouco discutida nos estudos realizados pelos próprios policiais que se negam a aceitar os fatos.

Assim, entendemos que respeitar as PMs é descobrir quais são os males que lhes atingem para buscarmos soluções efetivas, aplicando os Direitos Humanos para seus membros e criando uma reação em cadeia de respeito desses profissionais também para com a sociedade, já que a violência PM é real e deve ser combatida – as notícias estão aí, todos os dias na mídia. Os problemas que envolvem as PMs afetam a todos nós enquanto sociedade e, se a psicanálise dizia respeito a casos clínicos de estudo, mais tarde absorvidos em áreas como a sociologia, pode-se dizer o mesmo sobre os estudos sobre o processo civilizador desenvolvidos pelo Norbert Elias ou aqueles realizados sobre a personalidade autoritária.

Ao escrever “O mal-estar da civilização”, o próprio Freud já nos dava abertura para entendermos como dimensões particulares do inconsciente são alimentadas por fenômenos coletivos. Desconhecer esses desdobramentos teóricos interdisciplinares é mais uma mostra da fragilidade de como boa parte de PMs pesquisadores têm demonstrado equívocos crassos no trato com o conhecimento científico.

Por fim, distanciando-se de embates ideológicos esquerda-direita, conservadores-liberais, como nos ensina o célebre Foucault, distante de uma apropriação imprecisa de seus conceitos, cada época histórica revela a relação saber-poder que a constitui, determinando que tipo de sujeito é constituído por técnicas específicas que delimitam o tempo presente. Somos pesquisadores favoráveis a uma polícia neutra, que preste serviços à sociedade em geral. Mas quando cenas cotidianas revelam que o pobre da periferia leva a tapa na cara, o que não é mostrado em estatísticas, e o rico abastado é bem tratado em seus direitos, algo está errado e não precisa de lado ideológico para vermos o óbvio e nem se deixar ocultar por discursos protecionistas de quem pertence ao *status quo*.

Presidente do Conselho de Administração do FBSP; Sargento da Polícia Militar de Santa Catarina; Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI/SC); Especialista em Ciências Penais e Segurança Pública, Bacharel em Direito

**Fábio Gomes de França**

Capitão da Polícia Militar da Paraíba; Pós-Doutor em Direitos Humanos, doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/pro-ssao-policia/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxs-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-kx23z-fyvaz>

